

O protagonismo de pessoas com deficiência na produção radiofônica: uma proposta educ comunicativa para a Web Rádio APAE de São Luís¹

Resumo

Este estudo discute o potencial da Web Rádio APAE de São Luís como ferramenta pedagógica inclusiva para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, a partir dos referenciais da Educomunicação, do modelo social da deficiência e do direito à comunicação. O objetivo é propor um Protocolo Educomunicativo Inclusivo para a produção de conteúdos radiofônicos por alunos do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana, promovendo sua participação ativa nos processos comunicacionais. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e de abordagem qualitativa, sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, elaboração do protocolo e aplicação experimental na Web Rádio APAE de São Luís. Espera-se que a proposta contribua para o fortalecimento da oralidade, da autonomia, da inclusão digital e do protagonismo social dos participantes, além de ampliar as possibilidades de utilização da comunicação como estratégia de inclusão educacional e cidadã. O estudo também pretende oferecer subsídios para a implementação de práticas educ comunicativas acessíveis em instituições que atuam com pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educomunicação; Educação Inclusiva; Web Rádio; Deficiência Intelectual; Direito à Comunicação.

Abstract

This study discusses the potential of the APAE São Luís Web Radio as an inclusive pedagogical tool for people with intellectual and multiple disabilities, based on the theoretical frameworks of Educommunication, the social model of disability, and the right to communication. The objective is to propose an Inclusive Educommunicative Protocol for the production of radio content by students of the Specialized Educational Assistance Center (CAEE) Eney Santana, promoting their active participation in communication processes. Methodologically, the research is characterized as applied, exploratory, and qualitative, and is developed through a literature review, the design of the protocol, and its experimental application within the APAE São Luís Web Radio. The proposal is expected to contribute to the development of oral communication skills, autonomy, digital inclusion, and social protagonism among participants, while expanding the possibilities of using communication as a strategy for educational and social inclusion. The study also seeks to provide guidelines for the implementation of accessible educ communicative practices in institutions that work with people with disabilities.

Keywords: ducommunication; Inclusive Education; Web Radio; Intellectual Disability; Right to Communication.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência intelectual e múltipla nos meios de comunicação ainda representa um desafio significativo, refletindo um histórico de exclusão educacional e social. No Brasil, avanços importantes ocorreram com a promulgação da Lei Brasileira de

¹ Trabalho enviado para o II Encontro Nacional de Pesquisa Aplicada em Comunicação na trilha Comunicação, Direitos Humanos, saúde e Acessibilidade na modalidade, artigo.

Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que estabelece a acessibilidade comunicacional como um direito fundamental, reforçando a necessidade de iniciativas que promovam a participação ativa desse público na sociedade. No campo educacional, a Política Nacional de Educação Especial (2008), na Perspectiva da Educação Inclusiva também destaca a importância de estratégias pedagógicas que garantam a equidade e o protagonismo das pessoas com deficiência em diferentes contextos de aprendizagem.

Dentro desse cenário, a educomunicação surge como uma abordagem inovadora, integrando práticas de ensino e comunicação para criar ambientes mais democráticos e acessíveis. O conceito, que tem suas bases nos estudos de Mário Kaplún e Ismar de Oliveira Soares, propõe que a produção midiática seja utilizada como uma ferramenta para ampliar a voz de grupos historicamente marginalizados. No caso das pessoas com deficiência, essa perspectiva se torna ainda mais relevante, pois possibilita que elas deixem de ser apenas receptoras de informações e passem a ser produtoras de conteúdo, participando ativamente da construção de suas próprias narrativas.

Em São Luís, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)² é referência na promoção da inclusão e no desenvolvimento de práticas educativas voltadas para esse público. A instituição conta com o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana, que atende 489 crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual e múltipla. No entanto, um desafio persiste: a ausência de atividades educativas (formal e não formal) voltadas para pessoas com deficiência acima de 18 anos no Centro de Atendimento Educacional, que impacta diretamente no desenvolvimento das habilidades comunicativas, Cognitivas e sociais. Diante deste desafio, indagamos de que forma a inserção de alunos com deficiência intelectual ou múltipla na produção de conteúdo da Rádio Web APAE de São Luís, pode contribuir para o desenvolvimento social e cognitivo desses sujeitos ou mesmo para uma inclusão educacional diferenciada na Instituição?

A Web Rádio APAE de São Luís³, surge como um espaço com grande potencial para atuar como ferramenta pedagógica inclusiva, alinhada aos princípios da educomunicação. No entanto, apesar de sua existência, a rádio não tem sido utilizada de forma estruturada para promover o protagonismo midiático dos assistidos, deixando de

² A APAE de São Luís, é uma instituição filantrópica fundada em 1971, com a finalidade de prestar serviços nas áreas da Assistência Social, Educação e Saúde para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, garantindo seu desenvolvimento e promovendo oportunidade de inclusão.

³ Web Rádio da APAE de São Luís implantada em 2019 é uma ferramenta de comunicação de divulgação dos serviços ofertados pela instituição nas áreas da Assistência Social, Educação e Saúde, conta com programação 24h e atualmente com um programa ao vivo semanal. A rádio pode ser acessada pelo site apaesaoluís.org.br.

cumprir seu papel como instrumento de aprendizagem e inclusão. Além disso, a rádio não é feita por pessoas com algum tipo de deficiência intelectual e múltipla, e não utiliza a tecnologia assistiva. De acordo com a LBI (2015), a tecnologia assistiva são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Refletir sobre a web Rádio APAE torna-se um estudo relevante, pois reside na necessidade urgente de ampliar as oportunidades de inclusão social e educacional para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, um grupo historicamente marginalizado nos contextos comunicacional e pedagógico. Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial (2008), a prática ainda enfrenta barreiras significativas, especialmente para indivíduos acima dos 18 anos.

No caso do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana da APAE de São Luís, observamos que os alunos necessitam de atividades que promovam o desenvolvimento de habilidades e competências e neste sentido, a Web Rádio APAE pode se constituir como locus de fortalecimento do protagonismo dando mais autonomia e confiança a estes alunos.

Diante desse contexto, este estudo parte da compreensão de que a comunicação constitui um direito fundamental e que sua efetivação depende da criação de espaços acessíveis de expressão e participação social. Assim, a Web Rádio APAE de São Luís apresenta potencial para atuar como um ambiente educacional capaz de ampliar o protagonismo de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo experiências de aprendizagem significativas e inclusivas.

Nesse sentido, o problema que orienta esta pesquisa consiste em compreender de que forma a inserção de alunos com deficiência intelectual e múltipla na produção de conteúdo da Web Rádio APAE de São Luís pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades comunicativas, cognitivas e socioemocionais, fortalecendo sua participação social e educacional.

O objetivo geral deste estudo é propor um protocolo educacional inclusivo para a produção de conteúdos radiofônicos por pessoas com deficiência intelectual e múltipla na Web Rádio APAE de São Luís. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir as contribuições da educação para a educação inclusiva; b) analisar o potencial da Web



Rádio como ferramenta pedagógica acessível; c) identificar estratégias de acessibilidade comunicacional aplicáveis à produção radiofônica; e d) elaborar um protocolo inclusivo que favoreça a participação ativa dos alunos do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para a construção de práticas educacionais voltadas à inclusão de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, ampliando sua presença nos processos de produção midiática e fortalecendo o direito à comunicação como dimensão essencial da cidadania. Além disso, a proposta apresenta potencial de replicação em outras instituições educacionais e organizações sociais que atuam com públicos historicamente excluídos dos espaços de produção e circulação de informação.

2. O CAMPO DA EDUCOMUNICAÇÃO

A utilização da Web Rádio APAE como ferramenta educacional para pessoas com deficiência intelectual e múltipla pode possibilitar a inclusão social, o desenvolvimento de habilidades, interação, colaboração, educação personalizada e midiática. Tomando como base os princípios da educação, a web rádio pode atuar como um dispositivo inovador no processo de ensino-aprendizagem, promovendo maior autonomia, expressão e participação social para os assistidos do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana.

A integração do rádio no cenário das mídias digitais é crucial para promover a inclusão e a disseminação do conhecimento, especialmente em comunidades com acesso limitado à educação formal. Historicamente, o rádio supera barreiras geográficas e econômicas, atuando como veículo de educação popular, principalmente em regiões rurais e periféricas do Brasil. Dennis McQuail (2013) ressalta seu papel na educação informal e na socialização, engajando grupos marginalizados e promovendo a inclusão social. Desde os anos 1920, com Roquette Pinto, o rádio é reconhecido por democratizar o acesso ao conhecimento, sendo uma ferramenta valiosa para a Educação Especial, garantindo que pessoas com deficiência, historicamente excluídas, tenham acesso a informações e conteúdos educativos, fortalecendo a equidade e a inclusão.

Segundo Bruno Ferreira (2022), a educação resgata valores essenciais da comunicação, como solidariedade e diálogo, criando relações mais horizontais e promovendo uma sociedade mais democrática. Soares (2000) complementa e define Educação como “o conjunto de ações voltadas ao planejamento, implementação e avaliação de

processos e produtos que visam criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, sejam presenciais ou virtuais, como escolas, centros culturais e emissoras educativas”. A educomunicação utiliza tecnologias da informação e comunicação (TICs) para promover uma educação participativa e dialógica, ampliando a interação e a dinâmica nos processos de aprendizagem. Soares comenta que também promove: “a integração entre as práticas educativas e comunicativas, proporcionando aos estudantes a oportunidade de serem produtores de conteúdo, o que enriquece o aprendizado e fomenta habilidades como a comunicação eficaz, o pensamento crítico e a colaboração#”. Soares (2011, p. 32),

Ao trazer essa perspectiva para o ambiente escolar e para a formação de pessoas com deficiência, a Web Rádio APAE de São Luís pode se tornar um espaço de escuta ativa, onde os participantes não apenas absorvem conteúdos, mas também produzem e compartilham suas próprias narrativas. Esse processo estimula o desenvolvimento cognitivo, a capacidade de organização do pensamento e a criatividade, aspectos fundamentais para a inclusão social e profissional.

Ao longo das últimas décadas, pesquisas têm demonstrado que a comunicação e a produção midiática, quando aliadas à educação, favorecem a aprendizagem significativa. Neste sentido, Inocêncio destaca que:

No diálogo entre comunicação e educação, é possível transitar entre dois campos que separados já têm influência na vida social, e se justapostos corroboram diretamente para o desenvolvimento humano, que incluía relação de ensino e aprendizagem, mas que vai além disso, pois se une à esfera social”. (2022, p 30)

Na figura 1 apresentada abaixo, visualiza-se uma explanação do processo de convergência entre os campos da comunicação e da educação que resultam da Educomunicação.

Figura 1: Processo de convergência da comunicação e educação



Fonte: Inocêncio (2022).

Uma vez apresentada sua importância no âmbito das práticas escolares, e sendo uma parte do processo social “a educomunicação vem prestando serviços relevantes como um eixo interdisciplinar na integração das questões envolvendo tecnologia, mídias e linguagens comunicacionais ao currículo formal.” (CORSANI, 2024, p. 19)

Dentro ou fora de espaços educacionais como a escola, as práticas educacionais encontram espaço de aplicação como afirma CORSANI (2024), elas oferecem possibilidade de conectar diferentes instâncias para promover espaço democráticos e de cidadania. Ligado a essa percepção, podemos projetar que a experiência com a rádio pode proporcionar múltiplas possibilidades de desenvolvimento para os assistidos da APAE de São Luís, tais como mostrado no quadro 1:

Quadro 1 – Possibilidades da Web Rádio

Aprimoramento da oralidade e expressão verbal	a participação em programas de rádio pode contribuir para o fortalecimento da comunicação oral, ajudando os alunos a organizarem suas ideias, desenvolverem dicção e adquirirem maior confiança ao se expressar.
Estímulo à autonomia e ao protagonismo	ao assumirem papéis ativos na produção de conteúdo, os participantes se tornam protagonistas de sua própria aprendizagem, exercitando a tomada de decisões e o senso de responsabilidade.
Desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais	a prática de produzir roteiros, entrevistar convidados e estruturar programas radiofônicos estimula habilidades como memória, atenção, planejamento e cooperação em grupo
Inclusão digital e midiática	ao trabalharem com ferramentas de edição de áudio, gravação e transmissão digital, os participantes adquirem competências tecnológicas essenciais para a era da informação

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Além desses benefícios, a escola e os educadores desempenham um papel fundamental na mediação desse processo. Como destaca Ferreira (2022), a educação precisa estar aberta a processos criativos e comunicativos, reconhecendo que a aprendizagem não se dá apenas pelo ensino tradicional, mas também pela experiência interativa com diferentes mídias e tecnologias. A inserção da Web Rádio como um recurso pedagógico na CAEE Eney Santana da APAE de São Luís, pode representar um passo significativo nesse sentido, ampliando o repertório dos educandos e criando possibilidades de ensino personalizado e acessível.

Diante do exposto, a criação de um protocolo para programas inclusivos através das práticas educacionais, deve focar nas habilidades e potencial cognitivo dos alunos, pois de acordo com (Soares, 2011, p. 34), há “possibilidade de expressar ideias, compartilhar conhecimentos e desenvolver uma consciência crítica sobre os meios de comunicação”. Acredita-se, portanto, que a aplicação do protocolo contribui sobremaneira para



desenvolvimento cognitivo e crítico, desperta a colaboração e proporciona o aumento da autonomia e confiança.

A educomunicação se destaca como um campo estratégico para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, especialmente no contexto da educação de jovens e adultos. Ao reconhecer os meios de comunicação como instrumentos essenciais para o aprendizado e expressão, a educomunicação propõe um modelo interativo e dialógico, no qual os indivíduos não são apenas receptores de informação, mas produtores ativos de conhecimento.

Como apontado por Soares (2005), a mediação tecnológica na educação amplia a capacidade de expressão dos sujeitos, estimula a autonomia e fortalece os ecossistemas comunicativos, tornando a inclusão midiática um direito fundamental. Corroborando com Soares Inocêncio (2022), também nos traz sua visão ao afirmar que: “a educomunicação se faz presente e deve ser percebida como uma possibilidade de promover o desenvolvimento global do estudante com deficiência, dado que ela promove a socialização, a troca de experiências e o movimento dialógico necessário dentro e fora da escola”. (2022, p. 91)

Por fim, a implementação desse projeto, que integra educomunicação às práticas pedagógicas do CAEE, a Web Rádio pode se tornar um canal de protagonismo para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, contribuindo para sua formação crítica e participação social. Dessa forma, ao considerarmos a Web Rádio APAE da APAE de São Luís como um espaço de aprendizado e desenvolvimento, estamos não apenas explorando um recurso pedagógico inovador, mas também reafirmando o direito à comunicação e à expressão para pessoas com deficiência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

2.2 MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA E DIREITO À COMUNICAÇÃO

As discussões contemporâneas sobre inclusão social e educacional das pessoas com deficiência têm sido fortemente influenciadas pelo Modelo Social da Deficiência. Diferentemente do modelo médico, que compreende a deficiência como uma condição individual que necessita de tratamento ou reabilitação, o modelo social entende que as limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência decorrem principalmente das barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais impostas pela sociedade (DINIZ, 2007).

Nessa perspectiva, a deficiência deixa de ser compreendida exclusivamente como uma característica do indivíduo e passa a ser analisada como resultado da interação entre as condições corporais e os obstáculos presentes no ambiente social. Conforme argumenta Diniz

(2007), a exclusão não está necessariamente relacionada ao impedimento funcional, mas à incapacidade da sociedade em garantir condições de participação plena e igualdade de oportunidades.

Essa compreensão foi incorporada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, e posteriormente reafirmada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Ambos os documentos reconhecem a comunicação acessível como um direito fundamental e condição indispensável para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, o direito à comunicação assume papel central nos processos de inclusão. Mais do que garantir o acesso à informação, trata-se de assegurar às pessoas com deficiência a possibilidade de produzir conteúdos, expressar opiniões, compartilhar experiências e participar ativamente dos espaços de circulação simbólica da sociedade. Conforme defende Peruzzo (2017), a democratização da comunicação pressupõe a ampliação das possibilidades de fala dos grupos historicamente excluídos, fortalecendo processos de participação social e construção da cidadania.

Ao relacionar essas reflexões ao contexto da APAE de São Luís, observa-se que a Web Rádio pode constituir-se como um espaço capaz de reduzir barreiras comunicacionais e ampliar oportunidades de participação social para pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Nesse sentido, a proposta de inserção dos alunos do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana na produção radiofônica não deve ser compreendida apenas como uma atividade pedagógica, mas como uma estratégia de garantia de direitos, valorização da autonomia e fortalecimento do protagonismo social.

Sob essa perspectiva, a educomunicação dialoga diretamente com os princípios do modelo social da deficiência ao defender a construção de ecossistemas comunicativos inclusivos, democráticos e participativos. A criação de espaços onde pessoas com deficiência possam produzir e compartilhar suas próprias narrativas representa um movimento de ruptura com práticas historicamente assistencialistas, favorecendo a construção de identidades mais autônomas e o reconhecimento desses sujeitos como produtores legítimos de conhecimento e cultura.

3. PROTOCOLO EDUCOMUNICATIVO INCLUSIVO PARA PRODUÇÃO RADIOFÔNICA

Como produto técnico desta pesquisa, propõe-se a criação de um Protocolo Educomunicativo Inclusivo para Produção Radiofônica destinado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla atendidas no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana da APAE de São Luís. O protocolo tem como finalidade orientar educadores, mediadores e participantes na construção de conteúdos radiofônicos acessíveis, promovendo o protagonismo, a participação social e o desenvolvimento de competências comunicacionais.

A proposta fundamenta-se nos princípios da educomunicação (SOARES, 2011), da educação inclusiva (BRASIL, 2008) e do modelo social da deficiência (DINIZ, 2007), compreendendo que a participação nos processos de comunicação deve ocorrer de forma ativa, colaborativa e acessível.

O protocolo está estruturado em cinco etapas integradas, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura do Protocolo Educomunicativo Inclusivo

Etapas	Objetivo	Estratégias Inclusivas	Recursos de Tecnologia Assistiva
1. Escolha da pauta	Definir os temas dos programetes de forma participativa	Uso de imagens, pictogramas, rodas de conversa e mediação pedagógica para facilitar a compreensão e a tomada de decisão	Comunicação alternativa, pranchas de comunicação, recursos visuais e audiovisuais
2. Construção do roteiro	Organizar as ideias e estruturar o conteúdo do programa	Linguagem simples, frases curtas, apoio visual e construção coletiva do roteiro	Softwares de leitura, ampliadores de texto, recursos de apoio à escrita
3. Produção e gravação	Registrar os conteúdos radiofônicos produzidos pelos participantes	Distribuição de funções conforme habilidades e potencialidades individuais (locução, entrevista, sonoplastia, leitura de mensagens, etc.)	Microfones adaptados, tablets, aplicativos de gravação acessíveis e recursos de comunicação alternativa
4. Edição colaborativa	Selecionar e organizar os conteúdos produzidos	Participação dos alunos na escolha de falas, músicas, efeitos e estrutura final do programa	Softwares acessíveis de edição de áudio e recursos multimídia simplificados
5. Publicação e avaliação	Divulgar os conteúdos produzidos e avaliar a experiência educacional	Escuta coletiva, avaliação participativa, feedback dos participantes e educadores	Plataformas digitais acessíveis, formulários adaptados e recursos audiovisuais

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O protocolo educomunicativo inclusivo está estruturado em cinco etapas articuladas: escolha da pauta, construção do roteiro, produção e gravação, edição colaborativa e publicação com avaliação. Inicialmente, os participantes definem os temas dos programetes



por meio de estratégias acessíveis, como recursos visuais, pictogramas e rodas de conversa mediadas. Em seguida, ocorre a elaboração coletiva dos roteiros, priorizando linguagem acessível, apoio visual e recursos de comunicação alternativa, respeitando os diferentes níveis de compreensão e expressão dos participantes. Na etapa de produção, os alunos assumem funções de acordo com suas potencialidades, podendo atuar na locução, entrevistas, leitura de mensagens, escolha musical e produção de vinhetas.

Posteriormente, os conteúdos são organizados por meio de um processo de edição colaborativa, no qual os participantes contribuem para decisões relacionadas à seleção de falas, trilhas sonoras e estrutura dos programas. Por fim, os materiais produzidos são publicados na Web Rádio APAE e em outras plataformas institucionais, sendo avaliados de forma participativa por meio de momentos de escuta coletiva e feedback. A aplicação do protocolo busca transformar a Web Rádio APAE de São Luís em um ecossistema educacional inclusivo, promovendo o desenvolvimento da oralidade, da autonomia, da inclusão digital e da participação social de pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e de abordagem qualitativa, tendo como foco a elaboração de um protocolo educacional inclusivo para a produção de programetes na Web Rádio APAE de São Luís. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e possibilitando a construção de hipóteses e proposições para estudos posteriores. A natureza aplicada justifica-se pela proposição de um produto técnico voltado à solução de uma demanda concreta identificada no contexto institucional, representado pelo Protocolo Educativo Inclusivo para Produção Radiofônica.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada por buscar compreender fenômenos sociais a partir das experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, crenças, valores e atitudes, permitindo uma compreensão aprofundada das relações humanas e dos processos sociais. Nesse sentido, a investigação possibilita a combinação entre análise teórica e intervenção prática, característica essencial em projetos de educação, que articulam produção de conhecimento e transformação social (SOARES, 2011).

O locus da pesquisa será o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana, da APAE de São Luís. Participarão do estudo dez alunos com idade superior a 18 anos, diagnosticados com deficiência intelectual e/ou múltipla, regularmente matriculados na instituição. A escolha desse público justifica-se pela necessidade de ampliação das oportunidades de participação em práticas educacionais estruturadas, capazes de favorecer o desenvolvimento da autonomia, da comunicação, do protagonismo social e da inclusão digital.

O percurso metodológico será desenvolvido em três etapas. A primeira consistirá na revisão bibliográfica e documental sobre educação inclusiva, tecnologias assistivas, acessibilidade comunicacional e direito à comunicação, subsidiando a fundamentação teórica e a construção do protocolo. A segunda etapa envolverá a elaboração do Protocolo Educativo Inclusivo para Produção Radiofônica, contemplando diretrizes relacionadas à linguagem acessível, mediação pedagógica, participação ativa dos sujeitos, recursos de acessibilidade e estratégias de produção radiofônica inclusiva. Por fim, na terceira etapa, serão desenvolvidos programas experimentais na Web Rádio APAE de São Luís, aplicando-se as diretrizes propostas no protocolo e observando seus impactos no processo de participação e expressão dos participantes.

As etapas apresentadas no quadro 3 referem-se ao desenvolvimento da pesquisa. Já as etapas do Protocolo Educativo Inclusivo constituem o produto técnico proposto neste estudo e estão descritas na seção anterior.

Os programas seriam desenvolvidos em três etapas conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 3: etapas do projeto

Etapa	Descrição	Atividades	Duração
1. Diagnóstico Inicial	Mapeamento das necessidades comunicativas e desafios enfrentados pelos assistidos.	Entrevistas semiestruturadas com educadores e familiares; Observações do cotidiano do CAEE.	1 semana
2. Oficinas de Capacitação	Capacitação dos participantes em educação e uso de tecnologias assistivas.	Criação de roteiros simples; Gravação de áudio; Uso de softwares acessíveis e dispositivos adaptados.	8 semanas
3. Produção Experimental	Produção de um programa piloto para a Web Rádio e avaliação	Produção e gravação do programa piloto; Avaliação com base em participação,	2 semanas



	dos resultados.	criatividade e clareza na expressão.	
--	-----------------	--------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A coleta de dados ocorrerá por meio da observação participante, registros em diário de campo, entrevistas semiestruturadas com educadores e familiares, análise dos materiais produzidos durante as oficinas e dos conteúdos radiofônicos desenvolvidos pelos participantes. A observação participante permitirá acompanhar o envolvimento dos sujeitos em todas as etapas do processo, registrando aspectos relacionados à comunicação, interação, autonomia e participação.

Os dados serão analisados por meio da análise temática, buscando identificar categorias relacionadas ao protagonismo, à inclusão comunicacional, à inclusão digital, ao desenvolvimento da oralidade e às competências socioemocionais dos participantes. A interpretação dos resultados será fundamentada nos referenciais da educomunicação (KAPLÚN, 1998; SOARES, 2011), da educação inclusiva (BRASIL, 2008) e do modelo social da deficiência.

A pesquisa observará os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o consentimento livre e esclarecido dos participantes e de seus responsáveis legais, bem como a preservação da identidade, da dignidade e dos direitos dos sujeitos envolvidos.

5. RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Com base na literatura e nas práticas já consolidadas em educomunicação, espera-se que a implementação da Web Rádio APAE de São Luís como ferramenta pedagógica gere impactos positivos no protagonismo de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Hipotetizamos que as oficinas poderiam melhorar a oralidade dos participantes, permitindo-lhes organizar ideias e expressar-se com maior confiança, como sugerem experiências semelhantes descritas por Ferreira (2022). A produção de conteúdos, como pequenas entrevistas ou narrativas pessoais, tenderia a fortalecer a autoestima e o senso de pertencimento, alinhando-se ao objetivo de ampliar as vozes de grupos historicamente excluídos (Soares, 2011).

Outro resultado esperado é o estímulo à autonomia. Ao assumirem papéis ativos na criação de programas, os assistidos poderiam desenvolver habilidades de tomada de decisão e responsabilidade, refletindo os princípios da Política Nacional de Educação Especial (2008).

Além disso, o contato com ferramentas digitais e tecnologias assistivas poderia promover a inclusão digital, um aspecto essencial na sociedade contemporânea, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

No entanto, desafios são previstos. A falta de familiaridade inicial com tecnologias de gravação e edição poderia exigir adaptações, como interfaces simplificadas e suporte contínuo de educadores. A ausência de uma infraestrutura consolidada para a Web Rádio APAE de São Luís, como equipamentos adequados e um estúdio funcional, também poderia representar uma barreira. Esses obstáculos sugerem a necessidade de planejamento cuidadoso e parcerias institucionais para viabilizar o projeto, reforçando a importância de políticas públicas que sustentem iniciativas de inclusão midiática.

Comparando essas expectativas com estudos prévios, como os de Kaplún (1998), é plausível supor que a Web Rádio APAE de São Luís, se bem estruturada, pode transformar o CAEE em um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e democrático. A experiência proposta dialoga com a ideia de que a educação inclusiva vai além do acesso formal, abrangendo também a participação ativa e criativa dos educandos.

Além dos aspectos relacionados ao desenvolvimento da oralidade e da autonomia, espera-se que a proposta contribua para ampliar o protagonismo comunicacional dos participantes. Ao ocuparem espaços de produção midiática, os alunos deixam de atuar apenas como receptores de informação e passam a exercer o papel de produtores de conteúdo, compartilhando experiências, opiniões e narrativas próprias. Tal perspectiva dialoga com os princípios da educomunicação defendidos por Soares (2011), ao promover ecossistemas comunicativos mais democráticos e participativos.

Sob a ótica do modelo social da deficiência, a iniciativa também pode contribuir para a redução de barreiras comunicacionais e para a ampliação das oportunidades de participação social. Mais do que uma atividade pedagógica, a inserção de pessoas com deficiência intelectual e múltipla na produção radiofônica representa uma estratégia de fortalecimento do direito à comunicação, permitindo que esses sujeitos sejam reconhecidos como protagonistas de suas próprias histórias e não apenas como destinatários de ações inclusivas.

Por fim, caso os resultados esperados sejam confirmados, o protocolo educutivo inclusivo poderá servir como referência para outras instituições de educação especial, organizações do terceiro setor e espaços educativos interessados em desenvolver práticas comunicacionais acessíveis. Dessa forma, a experiência proposta pela APAE de São

Luís poderá contribuir para a disseminação de metodologias inclusivas que articulem educação, comunicação e cidadania.

6. CONCLUSÃO

Este artigo propôs a resignificação da Web Rádio APAE de São Luís como uma ferramenta pedagógica inclusiva, fundamentada nos princípios da educomunicação e voltada ao fortalecimento do protagonismo de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A partir dos referenciais teóricos mobilizados e da realidade institucional analisada, compreende-se que a produção radiofônica pode constituir uma estratégia capaz de favorecer o desenvolvimento de habilidades comunicativas, cognitivas e socioemocionais, além de contribuir para a inclusão digital e para o exercício do direito à comunicação.

A proposta apresentada evidencia que a participação ativa dos alunos nos processos de produção midiática pode ampliar oportunidades de expressão, autonomia e pertencimento social, aspectos fundamentais para a construção de práticas educativas mais inclusivas. Nesse contexto, o Protocolo Educomunicativo Inclusivo surge como uma alternativa metodológica para orientar experiências radiofônicas acessíveis, respeitando as potencialidades e necessidades dos participantes.

Embora os resultados dependam da aplicação prática do protocolo e de sua posterior avaliação, acredita-se que a produção de programetes na Web Rádio APAE de São Luís possa contribuir para a validação da proposta apresentada e oferecer subsídios para sua replicação em outras instituições de educação especial e organizações sociais comprometidas com a inclusão.

Por fim, a experiência proposta reafirma a comunicação como um direito fundamental e a educomunicação como um campo estratégico para a promoção da participação social, da cidadania e da inclusão de grupos historicamente excluídos dos espaços de produção e circulação de informações. Estudos futuros poderão aprofundar a análise dos impactos da iniciativa, contribuindo para o fortalecimento das práticas educomunicativas no contexto da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BALTAR, M. Rádio escolar: uma experiência de letramento midiático. São Paulo: Cortez, 2012. v. 4

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONSANI, Marciel Aparecido. Educomunicação: fundamentos, práticas e desafios contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2024.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERREIRA, Bruno. *Jornalismo e educação: competências necessárias à prática educacional.* Curitiba: Appris, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INOCÊNCIO, Kellin. *Fundamentos da educomunicação.* 1. ed. Curitiba [PR]: IESDE, 2022.

KAPLÚN, Mário. *A comunicação como prática educativa.* Porto Alegre: Artmed, 1998.

MCQUAIL, Denis. - Teorias da comunicação de massa [recurso eletrônico] /Denis McQuail; tradução: Roberto Cataldo Costa; revisãotécnica: Marcia Benetti. - 6. ed. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: Penso, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação comunitária e educação para a cidadania.* São Paulo: Intercom, 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Alfabetização e Educomunicação: o papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida.* São Paulo,



NCE/USP, 2005. Disponível em: <https://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Ducomunicação: As perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social o caso dos Estados Unidos.* *EccoS Rev. Cient.*, Uninove, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 61-80, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação.* São Paulo: Paulinas, 2011.